



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
R Pref Rosaldo Gomes M Leitão, S/N - Bairro CENTRO CÍVICO - CEP 80530-210 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ATA Nº 9878823 - DPLAN-DGE

SEI!TJPR Nº 0087883-40.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 9878823

Ata da reunião do Comitê de Gestão Estratégica

E m **21 de novembro de 2023**, a partir das 16h15, foi realizada a 2ª Reunião de Análise Estratégica (RAE) do Comitê de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do TJPR no ano de 2023, de modo presencial, na sala de Reuniões da Presidência. Estavam presentes os seguintes membros designados pela Portaria nº 3.642/2023-DM expedida em observância à Resolução nº 300/2021-OE: Desembargador **Luiz Fernando Tomasi Keppen**, Presidente deste Tribunal; Desembargadora **Joeci Machado Camargo**, 1ª Vice-Presidente deste Tribunal; Desembargador **Fernando Antônio Prazeres**, 2º Vice-Presidente deste Tribunal; Desembargador **Roberto Antônio Massaro**, Corregedor da Justiça deste Tribunal; Doutor **Carlos Eduardo Faísca Nahas**, Magistrado de 1º Grau de Jurisdição; Doutora **Débora Cassiano Redmond**, representante da AMAPAR; **José Luiz Faria de Macedo Filho**, Secretário deste Tribunal; **Vinícius Rodrigues Lopes**, Diretor do Departamento de Planejamento; **Daieniffer Cherini Lopes**, representante do SINDIJUS/PR. Também acompanharam a reunião o Juiz Auxiliar **José Ricardo Alvarez Vianna** representando o Corregedor-Geral da Justiça deste Tribunal (SEI nº 9795339); o servidor **Rennan Gustavo Ziemer da Costa**, Secretário do Comitê de Gestão Estratégica (Portaria nº 10.634/2023-DM); e o servidor **Samuel de Lima Junior**, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Departamento de Planejamento. A reunião foi iniciada, seguindo os **itens da pauta** (SEI nº 9561372) a seguir indicados. **Item 1. Revisão da Identidade Institucional**: O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes apresentou o item da pauta, que trata da missão, visão e valores institucionais atuais. A seguir, o Sr. Samuel de Lima Junior mencionou a pesquisa realizada nos meses de junho e julho de 2023, na qual houve 846 participantes. Os atributos da atual missão institucional foram considerados extremamente importante, muito importante ou importante por mais de 90% dos consultados. Para a missão, mais de 97% consideraram “qualidade na prestação do serviço público” e “instituição da qual todos tenham orgulho” como extremamente importante, muito importante ou importante e mais 89% fizeram essa avaliação para “instituição da qual todos tenham confiança”. Quanto aos valores institucionais, foram consultados os atuais e as novas sugestões, sendo que todos atingiram resultado de 85% ou mais para as classificações de extremamente importante, muito importante ou importante. Os seguintes valores foram

consultados: Segurança Jurídica; Eficiência; Imparcialidade; Justiça; Credibilidade; Ética; Celeridade; Transparência; Acessibilidade; Respeito; Independência; Segurança Virtual; Igualdade; Inclusão; Empatia; Inovação; Sustentabilidade; e Diversidade. O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes destacou que os atuais valores institucionais também foram bem avaliados, apontando para sua manutenção em eventual revisão da identidade institucional. O Des. Presidente, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, comentou sobre a tramitação do projeto de lei da reforma administrativa na Assembleia Legislativa com a indicação de que devem ser implementadas seis secretarias, facilitando as conversas entre autoridades de idêntico grau hierárquico. A reestruturação das gratificações também é uma forma de melhorar a situação dos servidores, com a elevação das remunerações para chefes de gabinete de desembargadores e juízes substitutos em segundo grau, bem como melhoria proporcional ao 1º grau, em observância à Resolução CNJ nº 219/2016. Entende que este é o momento adequado para a revisão da identidade institucional, que, após a aprovação, deverá ser divulgada em todos os fóruns como acontece em outros tribunais. Incumbiu ao Departamento de Planejamento a apresentação da proposta de revisão de identidade para apresentação na próxima reunião do Comitê, devendo as sugestões dos integrantes deste colegiado serem encaminhadas à referida unidade. **Item 2. Aprovação do 2º Acompanhamento anual referente a 2022:** O Sr. Samuel de Lima Junior apresentou os resultados dos indicadores estratégicos de 2022, no qual 43 dos 72 atingiram a meta fixada. Apontou também a retificação dos resultados dos indicadores nº 9 e 24 anteriormente informados. O Comitê aprovou os resultados e autorizou a publicação do documento. **Item 3. Revisão ou fixação das metas pendentes do Indicador nº 25 a partir de 2023:** O Sr. Samuel de Lima Junior apresentou, para o indicador estratégico nº 25 (Tempo médio de tramitação dos processos pendentes líquidos) as projeções de resultados para os anos de 2023, 2024, 2025 e 2026, a partir dos resultados históricos dos 42 meses anteriores, mediante a metodologia híbrida ARIMA-ANN (Redes Neurais). As projeções apontam para elevação do tempo para os índices geral do TJPR e setoriais do 1º grau, 2º grau, estabilidade para os Juizados Especiais e pequena redução para as Turmas Recursais. Sugeriu adotar as projeções como meta para o indicador. O Sr. Presidente, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, afirmou que as projeções atuais não podem ser adotadas como meta, sugerindo a aplicação de uma redução de 10% a 20% dos tempos. O Sr. 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Antônio Prazeres, questionou como foram realizadas as projeções. O Sr. Samuel explicou que a série histórica limitou a análise, pois quanto maior a série histórica, melhores são as projeções. O Sr. Presidente indagou qual seria a meta a ser fixada. Bem como o Sr. 2º Vice-Presidente, Desembargador Fernando Antônio Prazeres, visto que as projeções apontam elevação do tempo médio. A Sra. Daieniffer Cherini Lopes destacou que em cinco anos houve uma elevação de 300 mil processos anuais distribuídos apesar da redução de 500 servidores. O Sr. Vinícius Rodrigues Lopes apontou a instalação de duas novas câmaras, que devem impactar no indicador, bem como as alterações de regras processuais, como os processos repetitivos. O Comitê deliberou por adiar a fixação das metas para o indicador nº 25. **Item 4. Revisão das metas do Indicador nº 35 propostas pela 2ª Vice-Presidência (8977830):** A proposta de revisão das metas apresentadas pela 2ª Vice-Presidência foi aprovada. **Item 5. Excluir a partir de 2023 o cenário 1 (teletrabalho extraordinário) dos indicadores de consumo 15, 16, 17 e 18:** Proposta aprovada pelo Comitê. **Item 6. Resultados do monitoramento dos indicadores do 2º trimestre de 2023 (9540231):**

Breve resumo dos resultados parciais do monitoramento, que já foram anteriormente encaminhados pelo sistema SEI, foi apresentado aos membros do comitê; **Item 7. Autorização para publicação das pautas e atas do Comitê de Gestão Estratégica no Portal da Transparência (SEI nº 7875407, 8120660 e 9183104)**: a proposta de publicação das pautas e atas do Comitê no Portal do TJPR foi aprovada. Nada mais a acrescentar, eu, Rennan Gustavo Ziemer da Costa, técnico judiciário, lavrei a presente ata e encaminho para ciência dos integrantes do Comitê de Gestão Estratégica.



Documento assinado eletronicamente por **RENNAN GUSTAVO ZIEMER DA COSTA**, Técnico Judiciário, em 12/12/2023, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **9878823** e o código CRC **75CA4982**.
